

Geral

FUNCIONALISMO

Servidores pedem análise de reivindicações

Categorias estaduais querem reposição da inflação de 2014 e 2015, com reajuste emergencial de 8,13%

Suzy Scarton

suzy@jornaldocomercio.com.br

Mesmo que o reajuste de 8,13% autorizado pela Assembleia Legislativa aos servidores do Judiciário, da Defensoria Pública, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e do Legislativo deva ser vetado pelo governador José Ivo Sartori, a ânsia em obter os mesmos direitos tem motivado outras categorias de servidores do Rio Grande do Sul. Nesta terça-feira, o Fórum dos Servidores Públicos Estaduais, representando seis sindicatos de trabalhadores de diferentes setores, entregou à chefe de gabinete da Casa Civil, Cristiane Lohmann, a pauta de reivindicações. Os sindicatos esperam receber retorno até o dia 24 de junho, data da assembleia geral.

O presidente do Sindicato dos Servidores do Quadro Especial da Sarh (Sindicaixa), Érico Corrêa, acha que as categorias representadas pelo fórum estão sendo desrespeitadas. "Eles só falam em garantir os recursos para educação,



JONATHAN HECKLER/JC

Fórum que representa 30 mil funcionários estaduais entregou documento à chefe de gabinete da Casa Civil

segurança e saúde, mas temos muitos outros trabalhadores cujo serviço é fundamental para a sociedade", ponderou. Entre outros pedidos, as categorias reivindicam reajuste salarial que recomponha as perdas inflacionárias de 2014 e 2015, com reajuste emergencial

de 8,13%. "Sabemos que o primeiro ano é o de choro, mas já estão chorando há muito tempo. É inaceitável que não haja recursos com a economia que estão fazendo", argumentou.

A Casa Civil se comprometeu a analisar a pauta e chamar as ca-

tegorias para uma conversa antes de 24 de junho. No entanto, não estabeleceu uma data definida. Por enquanto, os servidores percorrerão cidades do Interior para mobilizar os profissionais a comparecerem à assembleia geral. Caso as pautas não sejam atendi-

das, Corrêa afirma que não está descartada a possibilidade de greve. "Vamos preparar a assembleia e aguardar o retorno do Estado. Sabemos que a choradeira será a mesma", lamenta o presidente do Sindicaixa.

No total, o fórum representa cerca de 30 mil servidores, incluindo os aposentados, de seis sindicatos: dos Servidores da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (Sindispge), dos Técnicos-Científicos (Sintergs), dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (Sindsepe/RS), da Associação dos Fiscais Agropecuários do Estado do Rio Grande do Sul (Afa-gro), da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos da Secretaria de Obras, Públicas, Irrigação e Desenvolvimento (Seasop).

Segundo Corrêa, os professores não fazem parte pois têm pautas específicas, como a questão do piso salarial, e os policiais, outra categoria que vem sendo prejudicada com os parcelamentos, lutam apenas pela manutenção dos reajustes já aprovados.

OCUPAÇÃO DE ESCOLAS

Conselho Tutelar não pode autorizar estada de alunos

Para esclarecer dúvidas de conselheiros tutelares que estão lidando com as ocupações de estudantes em escolas estaduais de diversas cidades, a Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Rio Grande do Sul (Aconturs) organizou, nesta terça-feira, uma reunião para passar orientações. De acordo com a associação, não compete à entidade apoiar ou não o movimento dos alunos, apenas reconhecer que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) permite que jovens menores de 18 anos se engajem em movimentos políticos e sociais.

O presidente da Aconturs, Rodrigo Farias dos Reis, argumenta que o Conselho Tutelar não pode autorizar a hospedagem de crianças e adolescentes nas escolas. O artigo 250 do ECA prevê que "hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congêneres" é passível de multa,

conforme a Lei nº 12.038/2009. "O conselho não pode autorizar algo que não é legal. Ainda assim, os estudantes têm direitos de participar e organizar mobilizações", ponderou Reis. Mesmo que os Conselhos estejam recebendo demandas para que fiscalizem e intercedam nas ocupações, Reis reitera que não cabe à associação punir ou estimular a desocupação.

Um dos depoimentos dados durante a reunião chamou atenção. A mãe de uma estudante da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Presidente Roosevelt, no bairro Menino Deus, em Porto Alegre, que se identificou como Greice, contou que os alunos e os pais que apoiam o movimento estudantil têm recebido ameaças até de morte. "Alguns pais que são contrários às ocupações estão ameaçando. Um aluno também foi agredido por um professor, que se revoltou ao ser impedido de entrar", relatou. Reis orientou que, nesses casos, seja registrada uma ocorrência em qualquer delegacia e que a Brigada Militar

seja chamada.

Ao final da reunião, que contou com representantes de mais de 30 cidades, foi elaborado um documento que servirá como base para as medidas a serem tomadas a partir de agora. "Sempre que se fizer necessário, devemos mediar as situações entre os alunos ocupantes, articulando com a rede de proteção, com o objetivo de garantir os direitos e, em caso de denúncias recebidas, devemos notificar os pais e aplicar as medidas de proteção que se fizerem necessárias, sempre respeitando a legislação", diz a recomendação. A associação estima que, até a tarde de terça-feira, 160 escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio estivessem ocupadas no Rio Grande do Sul. Na terça-feira, o secretário estadual de Educação, Vieira da Cunha, visitou os alunos do Colégio Estadual Protásio Alves, na avenida Ipiranga. Nesta quarta-feira, deve receber uma comissão formada por estudantes, na sede da Secretaria Estadual da Educação.

MOBILIÁRIO URBANO

Capital lança concorrência para instalação de paradas de ônibus

A prefeitura da Capital licitará a instalação e a manutenção de 3 mil paradas de ônibus, além da implantação de 40 mil placas de rua. A concorrência pública tem âmbito internacional, com prazo de outorga de 20 anos. O edital foi publicado no Diário Oficial desta terça-feira, e a abertura das propostas deve ocorrer em 12 de julho.

Conforme o presidente da

Comissão Especial de Licitação, José Otávio Ferraz, essa é a segunda vez que a prefeitura licita o serviço. Na primeira, não houve interessados.

No dia 2 de maio, foi publicado o aviso da licitação de concessões para 130 relógios eletrônicos digitais e 8 mil placas de indicação de logradouros. As propostas devem ser entregues até 17 de julho.

BEM-ESTAR

Dia do Desafio mobiliza 494 cidades gaúchas nesta quarta-feira

Já tradicional no calendário de eventos no Rio Grande do Sul, o Dia do Desafio (DDD) deste ano irá abranger 494 dos 497 municípios. Depois de São Paulo, o Rio Grande do Sul é o recordista em inscrições. Promovido pelo Sistema Fecomércio-RS/Sesc em parceria com as prefeituras, o DDD acontece nesta quarta-feira e propõe que as pessoas interrompam suas atividades rotineiras e pratiquem, por pelo

menos 15 minutos, qualquer tipo de exercício físico.

Para participar da mobilização, os municípios devem incentivar a comunidade a realizar alguma atividade física entre a meia-noite e às 20h. A ação acontece em forma de disputa saudável entre duas cidades de mesmo porte populacional em todo o continente americano. Neste ano, Porto Alegre irá competir com Curitiba.